

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL	
Agravo Legal na Apelação Cível nº 0251195-7	31ª Vara Cível de Recife
Agravante: BANCO CACIQUE S/A	
Agravado: JOSÉ MARCELO PEREIRA RAMOS	
Relator: Des. Stênio Neiva Coelho.	


EMENTA: AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO CÍVEL. FRAUDE BANCÁRIA. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DESCONTOS INDEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL IN RE IPSA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO EM R\$5.000,00. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Os bancos estão sujeitos às consequências de eventual fraude ou qualquer outro delito praticado por terceiro, principalmente porque as regras e princípios do Código de Defesa do Consumidor lhe impõem cautelas no sentido de resguardar o patrimônio e a moral dos consumidores, respondendo objetivamente pelos danos causados.
2. A instituição financeira que se antecipa, de maneira negligente deverá, desde logo, responder pelo prejuízo que causou, já que a parte está impossibilitada de evitar a consumação do golpe, bem como de impedir o descuido do banco.
3. Para o arbitramento da indenização por dano moral é indispensável considerar as condições econômicas e sociais do agressor e do agredido, bem como a gravidade da falta cometida, ocasião em que o *quantum* indenizatório deve ser mantido.
4. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 0251195-7, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 10 de junho de 2014.


Stênio Neiva Coelho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL	
Agravo Legal na Apelação Cível nº 0251195-7	31ª Vara Cível de Recife
Agravante: BANCO CACIQUE S/A	
Agravado: JOSÉ MARCELO PEREIRA RAMOS	
Relator: Des. Stênio Neiva Coelho.	

RELATÓRIO/VOTO

Cuida-se de agravo legal interposto contra decisão terminativa (fls. 181/184), de minha lavra, que, nos autos da ação de indenização por danos morais e desconstituição de débito c/c repetição de indébito, negou provimento ao recurso de apelação por ser manifestamente improcedente e contrário à jurisprudência pátria.

Arguiu a agravante, resumidamente: i) que o recurso não está manifestamente inadmissível/improcedente/prejudicado, pois não está em confronto com súmula ou jurisprudência dominante de qualquer Tribunal; ii) que não ficou comprovado qualquer prejuízo por parte do agravado; iii) que o *quantum* indenizatório em R\$5.000,00 (cinco mil reais) foi arbitrado em excesso e deve ser afastado.

Ao final, requereu a retratação desta relatoria ou que o feito seja levado à mesa para o devido conhecimento da Câmara e seu consequente provimento.

É o essencial a relatar.

Apresento em mesa, independentemente de inclusão em pauta para julgamento, por não vislumbrar a possibilidade do exercício de retratação.

Conheço do presente recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

A decisão atacada fora lançada nos seguintes termos:

“DECISÃO TERMINATIVA

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Banco CACIQUE S/A em face da sentença proferida pelo Juízo da 21ª Vara da Comarca de Recife que, nos autos da Ação de Indenização por Danos Morais com Desconstituição de débito c/c Repetição do Indébito, julgou procedente em parte o pleito autoral, para desconstituir o débito de R\$ 6.069,38, condenando a instituição financeira a pagar o montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, diante dos descontos indevidamente realizados no benefício do idoso, ora Apelado, decorrentes de empréstimo contratado por terceiro falsário.

Por fim, condenou a Instituição Financeira ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor total da condenação.

Em suas razões, aduz o Apelante, em apertada síntese, que não ficou comprovado nos autos qualquer prejuízo extrapatrimonial suportado pelo apelado capaz de sustentar o alegado dano moral, devendo tal verba ser afastada, considerando que também foi vítima de fato de terceiro e engano justificável, ou reduzida caso se entenda pela condenação, adequando o valor indenizatório ao princípio da razoabilidade.

Devidamente intimado, o Apelado apresentou suas contrarrazões, pugnando pela manutenção da sentença em todos os seus termos.

É o essencial a relatar. Passo a decidir.

Diante da simplicidade da matéria e dos elementos de convicção postos nos autos, passo ao julgamento monocrático do recurso, consoante o permissivo do art. 557, do Código de Processo Civil.

Cuido de admitir o presente recurso apelativo, bem como o recurso adesivo, ante a presença dos pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Com efeito, por trazer questões que se confundem no seu mérito, analiso os recursos em conjunto.

Trata-se de mais um caso de fraude bancária que assola a sociedade, em especial os idosos, em que são ludibriados por terceiros falsários que contratam com a Instituição Financeira sem o seu consentimento.

Extraí-se dos autos que o Autor/Apelado é aposentado pelo INSS e que ao dirigir-se à instituição foi informado a respeito do suposto contrato de empréstimo com parcelas mensais de R\$ 323,27, convolado com o Banco/Apelante.

Cinge-se o debate do presente recurso em analisar se a falha na prestação do serviço do banco Apelante é capaz de permitir sua condenação em danos morais.

Compulsando os autos verifico que o Autor, em sua narrativa, afirma que nunca contratou qualquer serviço de empréstimo consignado com o banco Apelado, desconhecendo a dívida.

Não existe nos autos contrato ou qualquer outro documento que comprove a existência de acordo entre as partes, tampouco cópia dos documentos de identificação da contratante.

De acordo com o digesto processual, mais precisamente o art. 333, II, ao réu incumbe a prova da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Ainda que assim não fosse, o Autor utilizou de todos os meios de prova possíveis ao seu alcance para comprovar o alegado, não sendo razoável exigir-se da vítima a produção de prova negativa (*negativa non sunt probanda*), qual seja, de que não houve a relação contratual.

Não tendo o banco se desvencilhado do seu ônus probatório, deixando de juntar qualquer documento que comprove o alegado, impende declarar a inexistência da relação jurídica e, consequentemente, a ilicitude na cobrança. Assim, já que o dano se opera *in re ipsa*, ou seja, presume-se, consequentemente, deve ser indenizado.

Por outro lado, é insustentável a pretensão de exclusão do nexo de causalidade por fato exclusivo de terceiro, pois se trata de fortuito interno, relacionado à atividade do fornecedor de serviços. Este entendimento, inclusive, foi recentemente consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, que editou a súmula de nº 479, a qual dispõe:

"As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias."

Assim, impõe-se a declaração de inexistência do negócio jurídico e a condenação do banco apelante em danos morais.

A jurisprudência tem orientação sedimentada neste sentido, vejamos:

"AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO ADESIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO FIRMADO COM TERCEIRA PESSOA EM NOME DA AUTORA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE APOSENTADORIA. DESCONTOS INDEVIDOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM MANTIDO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO. 1. Matéria que foi analisada, originariamente, em decisão monocrática (artigo 557, do Código de Processo Civil). 2. A prova revelou que o banco efetuou descontos indevidos de crédito pessoal consignado na conta de benefício previdenciário da autora. Demonstrada a fraude. Falha operacional imputável ao banco. Danos morais "in re ipsa". 3. A circunstância de que o banco também possa ter sido vítima de fraude não é suficiente para elidir o nexo de imputação de responsabilidade. Deveria ter demonstrado a adoção de medidas consistentes na verificação da idoneidade dos documentos. Mas não o fez. Assim, evidente se mostra a ocorrência dos

danos morais e materiais. 4. Mantido o valor da compensação por danos morais em R\$ 4.000,00, por se afigurar proporcional e consentâneo a jurisprudência dessa Corte. 5. Manutenção da determinação de devolução, em dobro, dos valores indevidamente cobrados, uma vez que, para a repetição de indébito em dobro prevista no artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, é desnecessária a caracterização de má-fé por parte do fornecedor. Precedentes. AGRADO INTERNO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Agravo Nº 70053052783, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Iris Helena Medeiros Nogueira, Julgado em 13/03/2013)

“RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO OBTIDO MEDIANTE FRAUDE. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. DANO MORAL. QUANTUM. MANUTENÇÃO. REPETIÇÃO EM DOBRO. VERBA HONORÁRIA. A responsabilidade da instituição bancária pela abertura de crédito em nome da autora, mediante fraude é evidente. Irrelevante, na espécie, para configuração do dano, que os fatos tenham se desenrolado a partir de conduta ilícita praticada por terceiro, circunstância que não elide, por si só, o ônus da instituição recorrente. O fato configura dano moral indenizável, sendo desnecessária a prova do prejuízo. As adversidades sofridas pela autora, a aflicção e o desequilíbrio em seu bem-estar, fugiram à normalidade e se constituíram em agressão à sua dignidade. Manutenção do montante indenizatório considerando o grave equívoco do réu, o aborrecimento e o transtorno sofridos pelo demandante, além do caráter punitivo-compensatório da reparação. Indenização mantida em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), consoante os parâmetros utilizados por esta Câmara Cível em situações análogas. REPETIÇÃO EM DOBRO. Demonstrada a cobrança por dívida inexistente, a repetição em dobro dos valores pagos é medida que se impõe, nos termos do art. 42, parágrafo único, do CDC. HONORÁRIOS. Verba honorária que fica mantida, pois fixada de acordo com os parâmetros contidos no artigo 20, § 3º, do CPC, além de remunerar condignamente o profissional de direito em atuação neste feito. COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Apelo não conhecido no ponto, pois ausente o interesse recursal, uma vez que somente a requerida restou condenada ao pagamento de honorários advocatícios. Aplicação do artigo 557 caput do CPC. APELAÇÃO CONHECIDA EM PARTE E, NESTA PARTE, DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70051430791, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS. Relator: Túlio de Oliveira Martins, Julgado em 13/02/2013) (grifei)

Aliás, em recente decisão, datada de 21-05-2012, proferida nos autos do AgRg no AREsp 80075/RJ, de relatoria do Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, decidiu a 4ª Turma do Egrégio SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que: *“as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno”* (grifei).

Em relação ao *quantum* fixado a título de danos morais, convém tecer algumas considerações a respeito do caso concreto.

Vislumbro em casos como o presente a banalização da má prestação dos serviços, expondo a população a toda sorte de ocorrências, fato que tem se tornado cada dia mais corriqueiro.

Processos como este proliferam a cada dia nos Tribunais do País devido à atuação negligente das empresas apressadas em atingir metas e celebrar contratos sem a devida atenção em conferir os verdadeiros dados do contratante.

Agindo de modo contrário às obrigações, o banco apelado sujeita-se aos erros e às práticas ilícitas que tem protagonizado, como na hipótese, com evidentes prejuízos às pessoas, consumidoras dos serviços ou não, tornando-se, então, passível de reparar os danos.

Saliento que inexistem parâmetros legais para a fixação do valor da indenização dos danos morais. O art. 944, do Código Civil de 2002, no entanto, diz que “a indenização mede-se pela extensão do dano”, podendo o juiz arbitrar, equitativamente, a indenização que contiver “excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano” (parágrafo único). Mas como não tem base financeira ou econômica própria e objetiva, o “quantum” da reparação dos danos morais é aleatório. Cabe ao Magistrado arbitrar o valor que entender justo, adequado, razoável e proporcional, contudo, o “quantum” indenizatório não pode propiciar o enriquecimento ilícito da parte lesada, o que é vedado pelos arts. 884 a 886, do Código Civil de 2002.

Nesta toada, considerando as circunstâncias do caso concreto e apto, ainda, a constituir o efeito pedagógico da presente medida, como forma de coibir a prática de novos atos pela Instituição Financeira, entendo que o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) encontra-se dentro dos parâmetros de razoabilidade.

Na mesma esteira, já se pronunciou esta Corte, em recente decisão de minha relatoria:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. AGRAVO RETIDO. ASTREINTES. NEGÓCIO INEXISTENTE. DESCONTOS INDEVIDOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DANO MORAL IN RE IPSA.

1. Razoável a fixação do valor da multa (astreintes) em R\$ 200,00 (duzentos reais) pelo Magistrado a quo, no sentido de coibir o descumprimento da sua decisão.

2. O Autor utilizou de todos os meios de prova possíveis ao seu alcance para comprovar o alegado, não sendo razoável exigir-se da vítima a produção de prova negativa, qual seja, de que não houve a relação contratual. Não tendo o banco se desvencilhado do seu ônus probatório, deixando de juntar qualquer documento que comprove o alegado, impende declarar a inexistência da relação jurídica e, consequentemente, a ilicitude na cobrança. Assim, já que o dano se opera in re ipsa, ou seja, presume-se, consequentemente, deve ser indenizado.

3. Em razão do princípio da razoabilidade e proporcionalidade deve ser mantido o valor arbitrado a título de indenização por danos morais em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

4. Recurso a que se nega provimento.

(TJPE, AC 303870-0, 5ª Câmara Cível, Des. Relator Stênio Neiva Coêlho, DJe 29/05/2013)

À luz de tais considerações, bem como em consonância com os elementos de convicção constantes nos autos, nego provimento ao presente recurso de apelação, por sere manifestamente improcedente e contrário à jurisprudência pátria, o que faço monocraticamente, com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC, c/c o art. 74, inciso VIII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, mantendo a sentença inalterada em todos os seus termos.

Publique-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao juízo de origem.

Recife, 02 de abril 2014.

Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator"

Analisando a argumentação apresentada pela instituição financeira agravante, persisto no entendimento de que não restou demonstrado nos autos motivos capazes de modificar os demais termos da decisão açoitada.

Nesse toar, entendo que a decisão encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico e merece ser mantida por seus próprios fundamentos, sendo desnecessário repetir toda a argumentação desenvolvida na decisão vergastada.

Vejamos a recentíssima jurisprudência do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** em caso análogo:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. CONTA-CORRENTE. DESCONTOS INDEVIDOS SOBRE PROVENTOS. DANO MORAL. REQUISITOS CONFIGURADORES. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. INDENIZAÇÃO DEVIDA PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. IN RE IPSA. PRECEDENTES. QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR RAZOÁVEL. SÚMULA 7/STJ. 1. A orientação do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que o fornecimento de crédito, mediante fraude praticada por terceiro-falsário, por constituir risco inerente à atividade econômica das instituições financeiras, não elide a responsabilidade destas pelos danos daí advindos. 2. Ao contrário do alegado pelo recorrente, é de se ressaltar que, em hipóteses como a dos autos, é prescindível a


comprovação do dano moral, o qual decorre do próprio fato, operando-se in re ipsa. Depreende-se que o fato por si só é capaz de ofender a honra subjetiva do autor, por afetar o seu bem-estar, em razão da inscrição de seu nome em cadastro de inadimplentes, de forma que o dano moral está insito na ilicitude do ato praticado, sendo desnecessária sua efetiva demonstração. 3. O entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça é de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso. Desse modo, não se mostra desproporcional a fixação em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de reparação moral, decorrente das circunstâncias específicas do caso concreto, motivo pelo qual não se justifica a excepcional intervenção desta Corte no presente feito, como bem consignado na decisão agravada. 4. Agravo interno a que se nega provimento.”

(AgRg no AREsp 425.088/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 10/12/2013, DJe 04/02/2014)

Ante o exposto, com fundamento na legislação e jurisprudências aplicáveis ao caso concreto, voto no sentido de **manter incólume a decisão**, nos termos da fundamentação supra.

É como voto.

Recife, 10 de junho de 2014.



Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator